

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO

(ART. 9º DA ICVM 481/2009)

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Companhia foi de R\$ 16.169 em 31 de dezembro de 2009. Considerando que a Companhia possui prejuízos acumulados este valor é integralmente destinado a absorção deste. O saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 133.483.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Não se aplica

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não se aplica

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2009 – 101,69

2008 – (54,87)

2007 – (283,42)

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não se aplica

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Não se aplica a todos os itens

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica a todos os itens

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

a. 5% serão aplicados antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social.

- b. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
- c. uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- d. a parcela correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendos obrigatórios.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não se aplica

c. Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não se aplica a todos os itens

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não se aplica a todos os casos

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não se aplica a todos os casos

- a. **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não se aplica a todos os casos

- a. **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. **Identificar o montante destinado à reserva**
- c. **Descrever como o montante foi calculado**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não se aplica a todos os casos

- a. **Identificar o montante da retenção**
- b. **Fornecer cópia do orçamento de capital**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não se aplica a todos os casos

- a. **Informar o montante destinado à reserva**
- b. **Explicar a natureza da destinação**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)

ITEM 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Ao longo dos últimos 3 exercícios sociais as condições financeiras e patrimoniais da Companhia apresentaram melhoria gradativa, apesar do período ter sido marcado por forte crise econômica e de crédito nos mercados internacional e doméstico. A receita operacional líquida consolidada manteve-se quase estável, com crescimento vigoroso no mercado interno que praticamente compensou a queda no mercado externo. A produção cresceu de forma consistente, reflexo dos investimentos em capacidade instalada realizados nos últimos 3 anos. O programa de racionalização que vem sendo implementado nos últimos anos vem apresentando bons resultados, com a queda das despesas administrativas e comerciais. As despesas financeiras líquidas, por sua vez, apresentaram oscilação significativa em grande parte devido ao efeito da variação cambial sobre dívidas em moeda estrangeira. A redução de R\$ 19 milhões na despesas financeira líquida no último exercício quase que reverteu o acréscimo de R\$ 22 milhões ocorrido no ano anterior. O endividamento bancário, por sua vez, apresentou tendência de crescimento moderado, muito inferior aos investimentos realizados no período. O lucro líquido de cerca de R\$ 16 milhões no último exercício interrompeu a sequência de prejuízos dos dois anos anteriores. O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 25 milhões para cerca de R\$ 30 milhões, e reverteu a sequência de reduções dos anos anteriores.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 159 milhões de ações ordinárias escriturais.

i. hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA crescente que atingiu cerca de R\$ 59 milhões no último exercício, frente aos compromissos financeiros contratados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses, e linhas de financiamento de longo prazo para investimentos em ativo fixo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro provêm de diversas instituições financeiras brasileiras onde encontra-se a cobrança das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia passou a ser beneficiada a partir de outubro de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 761 mil. Este benefício já acumulava cerca de R\$ 2 milhões no final do exercício, e deverá crescer inicialmente cerca de R\$ 800 mil por mês para um valor acumulado de até R\$ 65 milhões durante os 10 anos de prazo de validade do programa. Os investimentos em ativos não circulantes serão financiados, preferencialmente, pelos fornecedores italianos de equipamentos, como tem sido o caso nos últimos anos, em condições mais favoráveis do que usualmente ofertadas pelos bancos comerciais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento líquido da Companhia ao final do exercício de 2009 pode ser decomposto em 3 categorias: parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 67 milhões (líquido de contas a receber de empresa de quem a Companhia comprou créditos fiscais posteriormente parcelados); financiamentos dos fornecedores de equipamentos no montante de R\$ 21 milhões, e financiamentos para capital de giro no montante de R\$ 90 milhões. Encontra-se em votação no Congresso a MP 470/09 que poderá, se sancionada pelo Presidente, possibilitar à Companhia reduzir sua dívida fiscal em até R\$ 40 milhões através do uso de IR e CPLL diferidos

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31/12/2009 os saldos dos principais contratos de financiamento com fornecedores de equipamentos eram: R\$ 17 milhões de Suppliers' Credit com SACMI; R\$ 2 milhões com ANCORA; R\$ 2 milhões com NUOVAFIMA. Com instituições bancárias os saldos dos principais financiamentos eram: R\$ 20 milhões com Banco Safra; R\$ 17 milhões com BICBANCO; R\$ 8 milhões com Banco do Brasil; R\$ 8 milhões com BANRISUL; R\$ 6 milhões com Banco SOFISA; R\$ 5 milhões com Banco ABN-SANTANDER; R\$ 5 milhões com banco HSBC; R\$ 5 milhões com Banco INDUSVAL; R\$ 5 milhões com Banco MERCANTIL; R\$ 4 milhões com Banco FIBRA; R\$ 3 milhões com Banco ALFA; R\$ 2 milhões com Banco DAYCOVAL e R\$ 1 milhão com Banco ABC-Brasil.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Conforme comentado no item 10.1.e a Companhia tem um contrato de incentivo fiscal com o programa PRODEC que resulta em financiamento de longo prazo para parte do ICMS mensal devido no período de outubro de 2009 a setembro de 2019.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Atualmente não existem restrições contratuais.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Principais contas patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

(demonstrações financeiras representadas em R\$ mil)

Balço Patrimonial Ativo	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009x07	2009x08	2008x07
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	8.618	9.017	2.362	2%	2%	1%	265%	-4%	282%
Contas a receber de clientes	68.546	74.224	59.436	15%	16%	15%	15%	-8%	25%
Títulos e valores mobiliários	4.279	6.790	4.339	1%	2%	1%	-1%	-37%	56%
Estoques	71.037	64.300	75.609	16%	14%	19%	-6%	10%	-15%
Adiantamento a fornecedores	2.121	2.365	1.731	0%	1%	0%	23%	-10%	37%
Tributos a recuperar	4.294	1.166	1.510	1%	0%	0%	184%	268%	-23%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.839	5.313	-	1%	1%	0%	0%	-47%	0%
Despesas antecipadas	230	214	269	0%	0%	0%	-14%	7%	-20%
Outros	1.662	1.534	2.663	0%	0%	1%	-38%	8%	-42%
	163.626	164.923	147.919	36%	37%	36%	11%	-1%	11%
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com controladas	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Créditos com outras pessoas ligadas	86.763	95.229	90.304	19%	21%	22%	-4%	-9%	5%
Depósitos judiciais	455	365	951	0%	0%	0%	-52%	25%	-62%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.715	0%	0%	2%	-100%	0%	-100%
Imóveis destinados a venda	139	1.016	156	0%	0%	0%	-11%	-86%	551%
Recebíveis da Eletrobrás, líquido	10.560	9.059	-	2%	2%	0%	0%	17%	0%
Ativos tributários	7.365	-	-	2%	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	1.766	1.072	940	0%	0%	0%	88%	65%	14%
	107.048	106.741	99.066	24%	24%	24%	8%	0%	8%
Permanente									
Investimentos									
Empréstimos Compulsórios			590	0%	0%	0%	-100%	0%	-100%
Outros investimentos	223	221	428	0%	0%	0%	-48%	1%	-48%
Imobilizado	177.172	175.403	152.172	39%	39%	37%	16%	1%	15%
Intangível	2.665	3.141	550	1%	1%	0%	385%	-15%	471%
Diferido			5.306	0%	0%	1%	-100%	0%	-100%
	180.060	178.765	159.046	40%	40%	39%	13%	1%	12%
	287.108	285.506	258.112	64%	63%	64%	11%	1%	11%
Total do ativo	450.734	450.429	406.031	100%	100%	100%	11%	0%	11%

Caixa e Equivalentes de Caixa

O crescimento desta rubrica e manutenção dos níveis em 2009 é função de compromissos de manutenção de saldos mínimos decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos.

Contas a receber de clientes

O acréscimo de 25% de 2007 para 2008 decorre do aumento das vendas no mercado interno e do prazo médio de vendas. Em 2009 houve uma redução de 8% quando a companhia como forma de fazer frente a crise internacional de crédito buscou otimização dos recursos alocados ao financiamento de clientes.

Estoques

Entre 2007 e 2008 buscou-se a otimização dos recursos alocados ao financiamento de estoque. Um dos fatores foi a descontinuação de negócios na subsidiária nos EUA. Em 2009 os estoques aumentaram no 4o. Trimestre em função do fraco desempenho das vendas

Tributos a Recuperar e Diferidos

Em 2009 a buscou recuperar créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos que até então não eram utilizados.

Créditos com Empresas Liqadas

A redução ocorrida entre 2008 e 2009 está relacionada a opção pelo programa de parcelamento já mencionado acima.

Recebíveis da Eletrobrás e Ativos Tributários

A companhia reconheceu ganhos judiciais de causas que tiveram trânsito em julgado a seu favor.

Ativo Permanente

As variações decorrem dos investimentos em aplicação e modernização da produção.

Passivo	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009x07	2009x08	2008x07
Circulante									
Fornecedores	68.033	72.178	61.463	15%	16%	15%	11%	-6%	17%
Empréstimos e financiamentos	90.428	93.144	63.648	20%	21%	16%	42%	-3%	46%
Parcelamento de obrigações tributárias	22.179	9.761	9.810	5%	2%	2%	126%	127%	0%
Impostos, taxas e contribuições	1.955	10.005	12.298	0%	2%	3%	-84%	-80%	-19%
Dividendos a pagar	6	8	-	0%	0%	0%	0%	-25%	0%
Provisão para contingências	5.557	-	-	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Dívida com pessoas ligadas	-	2.120	2.226	0%	0%	1%	-100%	-100%	-5%
Adiantamentos de clientes	20.254	19.957	10.538	4%	4%	3%	92%	1%	89%
Obrigações sociais e trabalhistas	11.603	9.169	8.847	3%	2%	2%	31%	27%	4%
Outros	4.410	13.941	6.091	1%	3%	2%	-28%	-68%	129%
	224.425	230.283	174.921	50%	51%	43%	28%	-3%	32%
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	28.859	36.327	43.013	6%	8%	11%	-33%	-21%	-16%
Provisão para contingências	15.237	12.010	2.895	3%	3%	1%	426%	27%	315%
Dívida com pessoas ligadas	-	149	4.525	0%	0%	1%	-100%	-100%	-97%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.122	17.711	18.249	4%	4%	4%	-6%	-3%	-3%
Obrigações com plano de previdência	3.281	3.629	3.604	1%	1%	1%	-9%	-10%	1%
Parcelamento de obrigações tributárias	131.453	30.217	28.256	29%	7%	7%	365%	335%	7%
Tributos a pagar	-	112.354	106.614	0%	25%	26%	-100%	-100%	5%
Outros	745	2.918	352	0%	1%	0%	112%	-74%	729%
	196.697	215.315	207.508	44%	48%	51%	-5%	-9%	4%
Participação de minoritários	8	(5)	62	0%	0%	0%	-87%	-260%	-108%
Patrimônio líquido									
Capital social realizado	112.957	112.957	112.957	25%	25%	28%	0%	0%	0%
Reserva de capital	267	267	267	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Reserva de reavaliação	51.246	52.989	54.584	11%	12%	13%	-6%	-3%	-3%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.154)	(9.352)	-	0%	-2%	0%	0%	-88%	0%
Prejuízos acumulados	(133.712)	(152.025)	(144.268)	-30%	-34%	-36%	-7%	-12%	5%
	29.604	4.836	23.540	7%	1%	6%	26%	512%	-79%
Total do passivo e patrimônio líquido	450.734	450.429	406.031	100%	100%	100%	11%	0%	11%

Fornecedores

Com a crise de crédito iniciada em final de 2008 a companhia buscou maior volume de financiamento de capital de giro com fornecedores.

Empréstimos e Financiamentos

O aumento entre 2007 e 2008 é função das imobilizações para ampliação e modernização das fábricas.

Parcelamento de Obrigações Tributárias

A companhia aderiu aos programas de parcelamento da lei 11941 e MP 470 para os tributos em atraso (estes em função da falta de linhas de crédito para financiamento de capital de giro durante a crise financeira internacional) e para os débitos tributários que vinham e sendo questionados judicialmente.

Impostos Taxas e Contribuições/Tributos a Pagar

Refletem os efeitos dos parcelamentos já mencionados anteriormente.

Adiantamento de Clientes

Decorre do aumento de vendas no mercado interno, notadamente no canal Portobello SHOP.

Provisões para Contingências

O crescimento deste é função da tendência de decisões desfavoráveis em processo judiciais trabalhistas.

Ajustes de variações patrimonial

A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré lei 11.638) este registro acontecia no resultado.

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da ROL			% da Variação		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009x07	2009x08	2008x07
Receita bruta de venda	506.957	517.466	479.284	126%	127%	121%	6%	-2%	8%
Deduções da receita bruta	(104.978)	(108.885)	(84.452)	-26%	-27%	-21%	24%	-4%	29%
Receita operacional líquida	401.979	408.581	394.832	100%	100%	100%	2%	-2%	3%
Custo dos produtos vendidos	(289.965)	(275.841)	(283.045)	-72%	-68%	-72%	2%	5%	-3%
Lucro operacional bruto	112.014	132.740	111.787	28%	32%	28%	0%	-16%	19%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(66.741)	(76.036)	(72.675)	-17%	-19%	-18%	-8%	-12%	5%
Gerais e administrativas	(16.093)	(17.330)	(18.375)	-4%	-4%	-5%	-12%	-7%	-6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.955	3.056	(29.324)	3%	1%	-7%	-144%	324%	-110%
	(69.879)	(90.310)	(120.374)	-17%	-22%	-30%	-42%	-23%	-25%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	42.135	42.430	(8.587)	10%	10%	-2%	-591%	-1%	-594%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	2.801	2.048	2.963	1%	1%	1%	-5%	37%	-31%
Despesas financeiras	(27.914)	(33.662)	(34.173)	-7%	-8%	-9%	-18%	-17%	-1%
Variação cambial e monetária líquida	3.965	(8.613)	12.756	1%	-2%	3%	-69%	-146%	-168%
	(21.148)	(40.227)	(18.454)	-5%	-10%	-5%	15%	-47%	118%
Lucro (prejuízo) operacional	20.987	2.203	(27.041)	5%	1%	-7%	-178%	853%	-108%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(2.873)	(10.684)	(2.257)	-1%	-3%	-1%	27%	-73%	373%
Diferido	(1.538)	(864)	(10.199)	0%	0%	-3%	-85%	78%	-92%
	(4.411)	(11.548)	(12.456)	-1%	-3%	-3%	-65%	-62%	-7%
Lucro (prejuízo) antes da participação de minoritário	16.576	(9.345)	(39.497)	4%	-2%	-10%	-142%	-277%	-76%
Participação de minoritários	(6)	(7)	89	0%	0%	0%	-107%	-14%	-108%
Lucro (prejuízo) do exercício	16.570	(9.352)	(39.408)	4%	-2%	-10%	-142%	-277%	-76%

Receita Operacional Líquida

Não houveram variações significativas da Receita Líquida da Companhia entre os anos de 2007, 2008 e 2009. Houve sim, redirecionamento do foco da empresa, onde reduziu-se a exportação para maior ênfase no mercado interno.

Lucro Operacional Bruto

Entre 2007 e 2008 houve um incremento no lucro bruto de 19%. Este fato deve-se a melhor eficiência das linhas de produção implantadas no final de 2007 e meados de 2008.

Em 2009 houve redução do lucro bruto em 16%. Esta redução deve-se principalmente ao problemas operacionais ocorridos na fábrica iniciados a partir da falta de gás natural ocorrida em dezembro de 2008, problema solucionado no segundo trimestre de 2009.

Despesas com vendas

Houve incremento destas despesas em 2008 decorrentes da descontinuação de negócios na subsidiária Portobello America, nos EUA. Este fato também explica a redução de 12% ocorrida em 2009, dado que o processo de "downsizing" daquela subsidiária foi concluído em 2009.

Despesas Administrativas

A redução de 12% entre 2007 e 2009 decorre do constante processo de racionalização de gastos.

Outras receitas e despesas operacionais

- a. Em 2007 a companhia reconheceu contingências tributárias devido a decisões contrárias em processos judiciais, principalmente decorrente de crédito prêmio de IPI.
- b. Em 2009 a companhia aderiu aos programas de parcelamento de tributos que incluíram redução de encargos e pagamento em até 180 meses.

Resultado Financeiro

Entre 2007 e 2008 o resultado financeiro líquido foi afetado principalmente pelas variações cambiais de dívidas e ativos em moeda estrangeira.

Em 2009 este reduziu em função da redução dos encargos com tributos pela adesão aos programas de parcelamentos instituídos pela Lei 11.941 e MP 470.

Resultado Líquido do Exercício

A combinação dos fatores expostos acima fez o prejuízo de 2007 (R\$ 49 milhões) ser revertido para um lucro de R\$ 17 milhões em 2009, representando 4% da Receita Líquida.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados a construção civil. Estes produtos são na maioria de produção própria e em menor escala de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (1) revestimentos externos (2) pisos cerâmicos (3) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados (4) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influencia na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição,

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno: Três são os canais de distribuição : (1) “revendas multi-marcas”, responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (2) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (3) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 104 lojas localizadas em 85 cidades, este canal representa a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos Países, inclusive da subsidiária no exterior

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

Canais de Venda	2009			2008			2007		
	Volume (mil m2)	Receita Líquida	% ROL	Volume (mil m2)	Receita Líquida	% ROL	Volume (mil m2)	Receita Líquida	% ROL
Mercado Interno	16.196	346.273	86%	14.523	303.672	74%	13.062	247.921	63%
Engenharia	7.346	129.501	32%	6.067	105.103	26%	5.543	93.993	24%
Revenda	5.292	106.923	27%	5.376	101.737	25%	4.966	80.451	20%
Portobello Shop	3.558	109.849	27%	3.080	96.832	24%	2.553	73.477	19%
Mercado Externo	2.124	55.705	14%	5.072	104.909	26%	4.846	146.910	37%
Total	18.320	401.978	100%	19.595	408.581	100%	17.908	394.831	100%

Com o enfraquecimento do dólar norte americano a companhia tem reduzindo suas exportações desde 2006, (quando representava 50% para 14% em 2009) em busca de melhor lucratividade. A crise na construção civil americana afetou as nossas vendas naquele mercado. Redirecionamos a

disponibilidade para o mercado interno dado ao seu crescimento, notadamente em dois segmentos/canais: (i) Engenharia e (ii) Portobello Shop. Este com a abertura de novas lojas franqueadas

As lojas franqueadas da Portobello Shop dividem-se em dois padrões: (a) Portobello Shop, voltada ao segmento de consumo mais nobre e, (b) Emporium Portobello voltada a produtos de maior acessibilidade.

As vendas no mercado interno sofrem influência da conjuntura econômica brasileira. Quanto ao comportamento do mercado interno, na análise de dados históricos, nota-se uma estreita correção entre alguns indicadores macroeconômicos, conforme abaixo:

Índice	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB	2,7%	1,1%	5,7%	3,2%	4,0%	5,7%	5,1%	0,2%
PIB Construção Civil	-1,9%	-5,2%	5,7%	1,3%	4,6%	5,0%	8,0%	1,0%
Índice Abramat				-3,6%	6,7%	16,0%	37,5%	-6,5%
Material de Acabamento				9,4%	6,0%	13,1%	16,5%	5,9%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos 3 exercícios os resultados consolidados da companhia foram influenciados pelos seguintes fatores:

- Redução da competitividade das exportações devido ao enfraquecimento da moeda norte americana e a crise do setor imobiliário dos EUA. Além dos custos de redirecionamento do foco para o mercado interno, incorreu-se em custo extras devido a descontinuação dos negócios (“downsizing”) da subsidiária Portobello America;
- Redimensionamento do portfólio para atender as demandas implicando em custos de descontinuação de produtos e relacionamento com clientes e também lançamento de novos produtos para atender estas novas demandas;
- A restrição de crédito devido à crise financeira mundial iniciada no final de 2008 afetou a capacidade de nossos clientes financiarem seus estoques além de custos financeiros maiores com a conseqüente redução no volume de compras;
- Ao final de 2008 houve interrupção do fornecimento de gás natural. Isto provocou a parada de nossa produção causando ociosidade e incorremos em custos extraordinários;
- A companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS instituído pela Lei 11.941 e MP 470, resultando em aumento do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 13 milhões. Além da grande redução do passivo fiscal e amortização em até 180 meses. Nesta ocasião foram transformadas as contingências que a Companhia avaliou serem convenientes reconhecer como passivo para parcelamento com as reduções expressivas possibilitadas pela nova legislação. Foram utilizados créditos de IR e CSLL diferidos, para parte significativa dos pagamentos destes impostos parcelados, cujo aproveitamento em condições normais levaria diversos anos. Estas contingências fiscais em sua quase totalidade decorreram de compensações de impostos com créditos-prêmio de IPI, que haviam sido glosadas pela Receita Federal e encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial. A confissão e parcelamento destas dívidas fiscais decorrentes de

compensações glosadas, embora elimine a discussão administrativa, não prejudica o andamento das ações judiciais para reconhecimento do direito a crédito-prêmio de IPI de exportações realizadas antes de outubro de 1990, já transitadas em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença.

Os resultados operacionais foram afetados positivamente por R\$ 13 milhões de “outras receitas operacionais líquidas”, sendo R\$ 72 milhões de “outras receitas operacionais” e R\$ 59 milhões de “outras despesas operacionais”. Os principais itens integrantes das “outras receitas operacionais” foram R\$ 52 milhões decorrentes dos benefícios do parcelamento de impostos federais (REFIS), R\$ 7 milhões de reconhecimento de ativos tributários decorrente de crédito-prêmio de IPI com sentença favorável transitada em julgado, R\$ 7 milhões de créditos tributários de PIS e COFINS, R\$ 2 milhões de venda de imobilizado e R\$ 2 milhões de atualização do crédito de empréstimo compulsório da ELETROBRÁS. Nas “outras despesas operacionais” os principais itens foram R\$ 49 milhões de confissão de débitos fiscais federais decorrentes de compensações de impostos com crédito-prêmio de IPI baseados no trânsito em julgado do mérito mas ainda sem a liquidação de sentença, R\$ 6 milhões de provisão para contingências trabalhistas, R\$ 2 milhões de custo de venda de bens, e R\$ 1 milhão de indenização por rescisão de contrato de terceirização.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita consolidada praticamente não variou nos últimos 3 anos, seja em termos de preço médio, seja em termos de volume. No entanto, sua composição mudou conforme exposto acima. Houve o deslocamento da exportação para o mercado interno. Este fato deveu-se ao redirecionamento estratégico iniciado no começo de 2006.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda tem um grande peso os esforços de inovação e constante lançamento de produtos novos. 53% da Receita da companhia é proveniente da venda de produtos lançados nos últimos 5 anos. A renovação do portfólio é constante e demanda constante pesquisa e desenvolvimento de produtos.

% da Receita decorrente de produtos lançados no ano anterior

2006	2007	2008	2009
13%	13%	8%	16%

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O principal impacto destes itens no resultado operacional decorreu da variação cambial líquida que beneficiou o resultado financeiro em R\$ 4 milhões, sendo R\$ 30 milhões decorrentes de variação ativa e R\$ 26 milhões de variação passiva.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Ressalvado o parcelamento de dívidas fiscais federais (REFIS) nos termos definidos na Lei 11.941/09 e na MP 470/09, já comentado, não houve evento não usual no período.

10.4. Os diretores devem comentar :

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante o exercício de 2008 ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia, em decorrência das alterações da Lei 11.638/07. As mudanças significativas foram:

- i. Contabilização da depreciação do ativo imobilizado pela vida útil do bem e não mais pela depreciação sugerida pela legislação fiscal;
- ii. Alteração no critério de conversão das demonstrações financeiras da controlada Portobello America.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O resultado do exercício de 2008 foi impactado em R\$ 3 milhões em função da alteração do critério de depreciação do ativo imobilizado, explicado no item acima.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes.

Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 os pareceres dos auditores independentes possuíam parágrafo de ênfase relacionado aos contínuos prejuízos gerados pela Companhia e pela insuficiência de Capital de Giro.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-

circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação), mantidos até o vencimento e os recebíveis, uma vez que não existem ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Títulos e valores mobiliários)

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e de partes relacionadas e demais contas a receber.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação

duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Companhia não ajusta as contas a receber ao seu valor presente por serem os prazos de vencimento destas de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

Adiantamentos de contratos de câmbio e sobre cambiais de exportação

São demonstrados pelo valor de custo, acrescidos da variação cambial e juros calculados até as datas dos balanços. Os adiantamentos correspondem a operações de vendas a prazo já efetuadas e estão sendo apresentados deduzidos de contas a receber.

Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

(c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

(e) Depósitos judiciais

Os depósitos não são atualizados monetariamente e estão apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

(g) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anualmente revisadas. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no exigível a longo prazo.

Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(h) Intangível

Refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear correspondente ao prazo estimado de recuperação.

(i) Arrendamento financeiro

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica Empréstimos e Financiamentos, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

(j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluídos quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(k) Participação nos resultados e bônus

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia e registrado no passivo circulante sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras Despesas Operacionais".

(l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base "pró-rata dia".

(n) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e

quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

(o) Plano de previdência privada

Encontram-se reconhecidos pelo regime de competência de exercícios.

(p) Transações com empresas ligadas e partes relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas.

(q) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(r) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como Ajuste Acumulado de Conversão no patrimônio líquido sob a rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências significativas incluídas no relatório dos auditores independentes nos últimos anos. A preparação das recomendações do ano de 2009 está em fase de finalização e assim que tivermos a compilação das informações atualizaremos o formulário de referência, se necessário.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando :

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2009, não possui ativos e/ou passivos que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras ou que não demonstrados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica

- b. **natureza e o propósito da operação**

Não se aplica

- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. **investimentos, incluindo:**

- i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

No plano de negócios para 2010 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 16 milhões, valor aproximado da depreciação do período. O principal item do plano refere-se à adição de mais uma linha de produção de porcelanato esmaltado, com capacidade nominal de 250 mil m² por mês, com orçamento de R\$ 11 milhões e deverá entrar em operação no final do primeiro trimestre. Esta nova linha ampliará a capacidade total em cerca de 16%. Outros investimentos programados: R\$ 2 milhões em modernização tecnológica das demais linhas de produção, R\$ 1 milhão em sistema de prevenção de acidentes, R\$ 1 milhão em logística, e R\$ 1 milhão em infraestrutura.

- ii. **fontes de financiamento dos investimentos**

Os equipamentos para a fábrica são em quase sua totalidade importados da Itália com financiamento direto dos fabricantes. Os demais investimentos serão financiados com a geração de caixa das operações.

- iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

- b. **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Conforme mencionado anteriormente, está sendo ampliada em 16% a capacidade de produção com a instalação de mais uma linha de produção.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 14 milhões em 2010.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia passou no primeiro trimestre de 2009 por dificuldades operacionais em algumas de suas linhas de produção, somente resolvidos no segundo trimestre. Como consequência, houve queda de produção e de qualidade naquelas linhas, com consequência negativa nos custos e no resultado operacional.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)

ITEM 12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Candidatos Indicados pelos acionistas controladores.

12.6 – Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

Candidatos Indicados pelo acionista controlador:

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data possível de eleição e posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou funções exercidas no emissor	Indicado pelo controlador
Conselho de Administração								
César Bastos Gomes	83	Advogado	002.288.349-53	Presidente	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
César Gomes Júnior	54	Administrador	305.583.019-91	Vice Presidente	19/04/2010	2 anos	Diretor Presidente	SIM
Plínio Villares Musetti	57	Administrador e Engenheiro	954.833.578-68	Membro Efetivo	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Glauco José Côte	68	Advogado	003.467.999-53	Membro Efetivo	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Mailson Ferreira da Nóbrega	69	Economista	043.025.837-20	Membro Efetivo	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Francisco Amaury Olsen	61	Administrador	019.167.269-68	Membro Efetivo	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Mário José Gonzaga Petrelli	76	Advogado	006.376.109-20	Membro Efetivo	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Conselho Fiscal								
Maro Marcos Hadlich Filho	48	Advogado e Contador	442.839.119-68	Membro Efetivo	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Silvestre José Pavoni	68	Advogado e Contador	005.083.149-68	Membro Suplent	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Haroldo Pabst	69	Advogado	131.643.339-00	Membro Efetivo	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Jorge Muller	46	Contador	518.027.679-91	Membro Suplent	19/04/2010	2 anos	não se aplica	SIM

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica

12.8 – Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) Currículos dos membros do conselho de administração:

Cesar Bastos Gomes - Presidente do Conselho de Administração

Data de nascimento: 21/07/1928

Sucessor do Fundador das Empresas Portobello, Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Gomes Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Pedra Branca Ltda, e Presidente do Conselho de Administração da Portobello S/A.

Cesar Gomes Júnior - Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Data de nascimento: 26/05/1957

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC, Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc., Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Portobello S/A.

Plínio Villares Musetti – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 27/01/1954

Graduado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e participou do “Program for Management Development” na Harvard Business School.

Iniciou sua carreira dentro do Grupo Villares em projetos de expansão, passando em seguida a atuar por nove anos na área financeira. Foi presidente da Elevadores Atlas S/A e da Elevadores Atlas Shindler S/A. Foi sócio do JPMorgan Partners, o braço de “private equity” do J.P. Morgan Chase & Co., tornando-se responsável pelas atividades de “private equity” no Brasil. Foi Presidente executivo da Vitopel do Brasil Ltda, empresa produtora de filmes plásticos de polipropileno bi-orientado (BOPP) para o segmento de embalagens. Foi Diretor Presidente da Satipel Industrial S/A maior empresa produtora de painéis de madeira (MDP) do Brasil até sua fusão com a Duratex. É membro dos Conselhos de Administração da Diagnósticos da América S/A-DASA, da Elevadores Atlas Schindler S/A e da Portobello S/A.

Glauco José Côrte – Membro do Conselho de Administração

Data de nascimento: 19/03/1943

Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no International Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi Assessor do Diretor Financeiro da Sotelca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Atualmente é Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda., membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, membro do Conselho de Administração da Santinvest S/A, membro do Conselho de Administração da Portobello S/A, Presidente do Conselho de Administração da Celesc S/A, membro do Conselho Consultivo Superior do Governo do Estado de Santa Catarina, e 1º Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina-FIESC.

Mailson Ferreira da Nóbrega – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 14/05/1942

Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Distrito Federal. Foi Ministro da Fazenda da República Federativa do Brasil no período 1988/1990, depois de desempenhar longa carreira no Banco do Brasil e no setor público. Atuou como Assessor da Presidência e Chefe da Divisão de Análise de Projetos do Banco do Brasil, chefe da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Secretário Geral do Ministério da Fazenda. Foi Diretor Executivo do European Brazilian Bank - EUROBRAZ – em Londres. Como Ministro, presidiu vários órgãos, entre os quais o Conselho Monetário Nacional, o CONFAZ e o Conselho Nacional de Comércio Exterior. Foi ainda membro do “Board” de Governadores do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Possui diversos trabalhos publicados em jornais e revistas no Brasil e no exterior. Membro do Conselho de Administração da Portobello S/A, da Grendene S/a, da TIM Participações S/A, da Renova Energia S/A, Cosan S/A, Rodobens Negócios Imobiliários S/A, Ardeb S/A, e Banco Pine S/A.

Francisco Amaury Olsen – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 22/11/1949

Graduado em Administração de Empresas pela Furj/Univille, de Joinville (SC) com Curso de Extensão em Administração de Empresas pela Universidade de Southern, na Califórnia (Advanced Management), Presidente do Conselho da ABRAMAT (Assoc. Brasil.Ind. Matl de Construção/SP), Vice Presidente da ACIJ (Associação Comercial Indl Joinville), Joinville (SC), Membro do Conselho de Administração da TIGRE SA Tubos e Conexões, Joinville,(SC) desde Abril/2009 (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC), Membro do Desenville – Conselho de Desenvolv. de Joinville, Joinville (SC), Membro do Conselho do IEDI (Instit.Estudos para Des.Industrial), São Paulo(SP), Membro do Conselho Deliberativo da ADVB/SC - Associação dos Dirigentes de Vendas de Santa Catarina, Membro do Conselho Curador na FNQ– Fundação Nacional da Qualidade (SP), Membro do Conselho Superior da ONG Trata Brasil, São Paulo (SP), Membro do Conselho do Instituto Carlos Roberto Hansen – Joinville (SC), Membro do Conselho da Marisol S.A. (atividade da empresa: Holdings de instituições não-financeiras), Jaraguá do Sul (SC), Membro do Conselho de Administração da Portobello S.A. – Tijucas (SC) (Atividade principal da empresa: fabricação de produtos cerâmicos), Membro do Conselho da Papaiz (principal atividade da empresa: fabricação de artigos de metal), São Paulo (SP), Membro do Conselho da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A., Uberlândia (MG) (principal atividade da empresa: distribuidora de produtos), Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da Martins, Uberlândia (MG) (principal atividade da empresa: distribuidora de produtos), Membro do Conselho Consultivo da Academia do Varejo Marisol, Jaraguá do Sul (SC) (principal atividade da empresa: comércio de artigos do vestuário), Ocupou o cargo de Presidente da Tigre S.A Tubos e Conexões até Março/2009, função desempenhada por 15 anos (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC).

Mário José Gonzaga Petrelli – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 31/05/1935

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná. É Diretor da Icatu Hartford Seguradora e da Icatu Hartford Capitalização, Diretor-Presidente da Rádio e TV Independência S/A de Curitiba-PR e do sistema RIC Record no Paraná e em Santa Catarina, Diretor-Presidente dos jornais “ Notícias do Dia” e “Record News” em Santa Catarina, Vice-Presidente do Conselho de Administração da DTCOM-Direct To Company, membro do Conselho de Política Superior da Federação das Empresas de Seguros e Capitalização, Membro do Conselho Consultivo do Grupo Icatú-Itaboraí Participações S/A, Membro do Conselho Fiscal da Federalcap, do Conselho de Administração da MARES MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S/A, e da Santa Catarina Seguros e Previdência e foi Diretor do Banco do Brasil.

b) Currículos dos membros do conselho fiscal:

Maro Marcos Hadlich Filho – Membro do Conselho Fiscal (eleito pelos acionistas majoritários)

Data de nascimento: 28/09/1962

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro do Conselho Municipal de Contribuintes de Blumenau e da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Silvestre José Pavoni – Membro suplente do Conselho Fiscal (eleito pelos acionistas majoritários)

Data de nascimento: 28/02/1943

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Estudos Sociais do Paraná e Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes. Foi por vinte anos Gerente de diversas áreas da Centrais Elétricas do Sul do Brasil – Eletrosul (Gerência de Controladoria, Gerência Financeira, Gerência de Estudos Econômicos-Financeiros, Gerente de Auditoria Interna). Exerceu o cargo de Adjunto do Diretor Financeiro da Companhia Siderúrgica Nacional. Como consultor independente, atendeu diversas empresas tais como Portobello S/A, Costão do Santinho Resort, Hospital de Caridade, Santa Fé Veículos, Avipal S/A (P. Alegre), Coemsa-Ansaldo Del Impianti (Canoas/RS). Implantou, também, empresa de acesso à internet em Florianópolis (Netco-Tecnologia de Informação Ltda.) da qual foi sócio proprietário. Foi membro do Conselho de Contribuintes do Estado de Santa Catarina Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Portobello S/A e é membro do Conselho de Administração da DHB Comércio e indústria S/A.

Haroldo Pabst – Membro do Conselho Fiscal (eleito pelos acionistas majoritários)

Data de nascimento: 19/07/1942

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Societário e Comercial Internacional da FURB (Blumenau, SC) e de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Membro do Conselho Fiscal da Karsten S.A., de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Jorge Muller – Membro suplente do Conselho Fiscal (eleito pelos acionistas majoritários)

Data de nascimento: 30/09/1964,

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Bastos Gomes, é pai do Vice Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Gomes Junior.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O Vice Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Gomes Junior é pai de um dos administradores da subsidiária Portobello America, Sr. Cesar Gomes Neto.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O Vice Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Gomes Junior é acionista controlador em conjunto com sua irmã, Eleonora Ramos Gomes.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não se aplica

12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não se aplica

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não se aplica

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

A acionista controladora Eleonora Ramos Gomes possui contrato de franquia com a empresa controlada e franqueadora Portobello Shop.

Além disso o conselheiro Plínio Villares Musetti possui contrato de prestação de serviço de consultoria financeira com a Controladora Portobello S.A.